

RELATÓRIO DO GT 09 – TRABALHO E EDUCAÇÃO – ANPED

Neste Relatório registramos as atividades do GT 09 – Trabalho e Educação, no período de novembro de 2005 a outubro de 2006, sob a coordenação dos professores Marlene Ribeiro (UFRGS) e Domingos Leite Lima Filho (UTFPR). O Relatório está subdividido em três partes: 28ª. Reunião Anual; Preparação para a 29ª. Reunião Anual; Grupo de Discussão.

1ª. Parte: 28ª. Reunião Anual da ANPED - 16 a 19.10.2005 – Caxambu – MG

I – Caracterização

Durante os três dias de apresentação de trabalhos, na 28ª Reunião da ANPED, compareceu às sessões do GT um total de 166 pesquisadores. Destes, 84 pesquisadores eram sócios inscritos, o que corresponde a 50,60%; 09 pesquisadores eram sócios não-inscritos, o que corresponde a 5,42%; 60 pesquisadores não eram sócios, mas estavam inscritos, o que corresponde a 36,15%, e 13 pesquisadores não eram sócios nem se inscreveram na 28ª Reunião, o que corresponde a 7,83%. Destaque-se que a frequência total atingida em 2005 aproxima-se ao número alcançado na 27ª. RA (ver Relatório da 27ª. RA /2004, elaborado por Maria Ciavatta).

Tomando-se esses dados pode-se concluir que, mais da metade das pessoas que frequentaram o GT, ou seja, 93 pesquisadores (56,02%) eram sócios e que a maior parte dos presentes estava inscrita na 28ª Reunião, ou seja, 144 pesquisadores (86,75%). Em relação aos indicadores obtidos na 27ª. RA constata-se que o percentual de inscritos é aproximadamente o mesmo, enquanto que há uma ligeira queda no que se refere ao índice de associados à ANPED (de 61% em 2004 para 56% em 2005).

Quanto ao número de dias em que os pesquisadores frequentaram o GT, as listas de presença indicam a presença de 66 pesquisadores em um dia (39,76%), 37 em dois dias (22,29%) e 63 em três dias (37,95%). A permanência de 60% dos pesquisadores em pelo menos 2/3 da programação do GT é significativa, levando-se em consideração a simultaneidade com as sessões de outros GTs, demais atividades e a extensão da Reunião, com temáticas que contemplam interesses diversificados e naturalmente concorrem com a afluência de muitos pesquisadores.

Quanto à presença dos pesquisadores nas sessões do GT no decorrer dos dias da 28ª. RA observa-se a frequência decrescente do primeiro ao terceiro dia. Destaque-se que o primeiro dia conta com a significativa cifra de 151 pesquisadores (cerca de 91% do total de 166 pesquisadores que frequentaram o GT). Outra observação a fazer é sobre a frequência no terceiro dia, ou seja, na quarta-feira, que diminuiu sensivelmente (72 pesquisadores), mesmo sabendo que algumas pessoas não assinaram a lista de presença, neste dia.

No que se refere à origem ou vínculo institucional dos pesquisadores que frequentaram o GT, de acordo com os dados indicados nas listas de presença foi possível identificar a citação de 68 instituições. Destaque-se que diversos pesquisadores indicaram mais de uma instituição, enquanto que três assinaturas não informam este dado. As instituições indicadas foram as seguintes: UERJ, EPSJV, FIOCRUZ, UFF, UFS, UESB, UFU, UFSC, UFPR, UFBA, UFPE, UEMG, UFSCAR, UFG, UNOESC, UFC, UFJF, UFMS, USP, UFPA, UFMG, UFRGS, UFSCAR, UNESP, UFRRJ, UNB, UFAM, UESP, UNIOESTE, UFPEL, UFES, UFPI, UTFPR (ex CEFET-PR), CEFET-PE, CEFET-GO, CEFET-RJ, CEFET-PA, CEFET-MG, EAFS-RS, ISERJ-FAETEC, FURG, UNIJUI, UBA, UNISANTOS, UNERJ-SC, UNISINOS, UNIFAP, PUC-SP, PUC-MG, PUC-RJ, UNISO, UNINOVE, UPF, UNISC, UNIMEP, UNESA, UNICS, FCC, FESO, EX-COLA, SESC-DN-RJ, EAFUDI, FERP-USS, PET-EMUC, SENAC, SMED-RJ, BANCO DA AMAZONIA.

II – Organização do trabalho do GT

As sessões do GT foram organizadas de modo compartilhado, alternando-se a Coordenadora e o Vice-coordenador na coordenação geral e vários membros do GT atuando como coordenadores de mesa, durante a apresentação dos trabalhos.

Estiveram visitando a exposição dos pôsteres e conversando com os expositores a Coordenadora e o Vice-coordenador do GT, obtendo a colaboração dos professores Moacir Viegas (UNISC/RS) e Naira Franzoi (UFRGS). A realização do trabalho encomendado será comentada no IV item. A Coordenadora fez a abertura do Minicurso *Introdução ao Estudo do Capital*, oferecido pelo pesquisador Paulo Tumolo (UFSC), e o encerramento foi feito com a presença do Vice-coordenador, Professor Domingos Leite Lima Filho. A participação no Minicurso ficou em torno de 41 pessoas, o que nos parece um bom número, mesmo tendo diminuído para cerca de 30 pessoas no último dia.

A Profª Marlene Ribeiro coordenou a Sessão Especial: *Diretrizes Curriculares, Licenciaturas e Formação de Professores*, com a participação das pesquisadoras Helena de Freitas (UNICAMP) e Berta Valle (UERJ). A Profª Sonia Rummert participou como debatedora na Sessão Especial: *Possibilidades e Impasses para a Integração de Políticas Educacionais e Sociais: o Caso do Pró-Jovem*. Estas, bem como as sessões conversas, serão comentadas no próximo item.

III – Relação entre o programado e o realizado na 28ª Reunião

Neste item, o relato será organizado por atividades, ampliando, desse modo, a compreensão do que foi realizado, do que deixou de ser realizado e das substituições que foram efetuadas para que não houvesse perda da qualidade das discussões programadas.

1. Trabalhos apresentados:

Nas seis seções programadas foram apresentados 12 trabalhos, sendo que em uma das seções um dos trabalhos previstos não foi apresentado pela ausência não justificada anteriormente de seus autores, sendo que na ocasião, constatada a ausência do previsto e a presença de uma das autoras de trabalhos classificados como excedentes, a mesma chamada para a apresentação de seu trabalho.

2. Trabalho encomendado

Título: Políticas e Reformas do Ensino Médio e Profissional: concepções e práticas

Na semana anterior à realização do evento, a Professora Maria Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos comunicou-nos que, em razão de doença grave em pessoa da família que se encontrava hospitalizada e dependendo de seus cuidados, não poderia participar do evento e, portanto, não faria a exposição do trabalho encomendado. A Coordenação do GT, durante o decorrer da Sessão iniciada na mesma manhã de segunda-feira, tomou providências para que a atividade fosse realizada com a contribuição dos colegas do GT. Assim, sob a coordenação do Professor Celso Ferretti (FCC e UNISO), a Professora Marise Ramos (UERJ e PSJV-FIOCRUZ) e o Professor José Rodrigues (UFF) trabalharam o tema a partir de pesquisas que vêm realizando.

Ferretti apresentou o tema problematizando o fato de tomarmos as reformas apenas pelos documentos e ações do aparelho de Estado. É necessário abordar as políticas e reformas numa perspectiva mais complexa, como um conjunto de concepções e posições que não são homogêneas. Reformas carregam elementos de contradição tanto ao serem formuladas quanto ao serem concretizadas. Nas escolas, onde as reformas se materializam, também há espaços de contradição, por isso, as análises precisam ir além da formulação das políticas para incluir as práticas nas quais são produzidos resultados diferentes, ainda que baseados numa mesma lei.

Marise Ramos relaciona o tema às questões que, tradicionalmente, são debatidas no GT Trabalho e Educação; faz um balanço do movimento contraditório da sociedade civil no Governo FHC e no Governo Lula, mostrando avanços e recuos. A reforma da reforma, ou a tentativa de reverter o Decreto 2.208/97 através do Decreto 5.154/2004, expressa a luta da sociedade civil para a superação da dualidade do ensino e retomada da perspectiva de politécnica que foi suprimida na LDB 9.394/96. A reforma do Governo anterior foi imposta porque associada à liberação de recursos do PROEP; o Decreto 5.154/2004, do Governo atual, em que pese algumas virtualidades/virtuosidades, é também uma formulação que parte do aparelho de Estado. A questão que permanece é: quais as contradições que podem ser constatadas na letra da lei e na sua aplicação nas escolas? Se, por um lado, a reforma do Governo atual pode ser considerada uma acomodação conservadora, por outro, tem a virtuosidade de possibilitar novas experiências. Ao separar o ensino médio e técnico, abre-se para políticas fragmentadas e pontuais; sua transitoriedade é justificada pela formulação de uma possível lei orgânica da Educação Profissional e Tecnológica, o que deixa evidentes os interesses contraditórios que se confrontam na formulação e aplicação da lei. Nesse sentido, uma lei orgânica, a exemplo do que foi feito no Estado Novo, é uma contradição quando se trata de um governo democraticamente eleito. Isso porque as demandas educacionais, num governo efetivamente democrático, deveriam colocar em debate a Lei “Darcy Ribeiro” (LDB 9.394/96), e não propor um retorno a leis orgânicas, que, na história da educação brasileira, foram formuladas por Gustavo Capanema, na Ditadura Vargas.

José Rodrigues começa sua exposição afirmando que, de fato, a sociedade é muito mais complexa do que sua legislação mostra, mas isso não nos exime de analisar programas, políticas, leis, etc... Uma análise das leis pode nos auxiliar a captar os conflitos sociais que impregnam os textos, daí é possível, com o uso do método da economia política, prever as ações futuras. Se retomarmos as formulações dos anos 1980, em particular, as posições de Saviani, Frigotto, Kuenzer e Machado, entre outros, iremos identificar uma forte correlação entre trabalho e educação, tendo como referência a luta contra a Ditadura militar. Nossas posições e perplexidades, no atual Governo Lula, podem ser identificadas nas nossas análises e produção intelectual.

Da reforma feita através do Decreto 5.154/2004, Rodrigues destaca dois pontos para a discussão:

a) Ensino médio integrado. Embora seja mais uma modalidade que não excluiu as demais, esta possibilidade está posta.

b) Com isso, coloca-se, por um lado, a possibilidade de encurtamento da distância para a superação da dualidade entre educação básica e profissional; por outro, transfere-se ao nível superior, com muita intensidade, nos cursos superiores para a formação de tecnólogos, esta dualidade.

O pesquisador aprofunda a discussão, tendo como referência o conceito de antivalor, de Francisco de Oliveira, e apontando, como exemplo, as comissões tripartites (trabalhadores, empresários e Estado), em que os trabalhadores ficam em desvantagem porque o Estado representa a burguesia. Na mesma linha de pensamento de Oliveira, afirma que um intelectual, principalmente aquele que é vinculado a uma instituição pública, ao integrar um governo burguês deixa de exercer a sua função de intelectual orgânico da classe trabalhadora.

Rodrigues finaliza sua intervenção com uma provocação ao GT. Parte da constatação de que vivemos em um Estado burguês, apropriado pelo capital e diz que, embora a arma da crítica não substitua a crítica da armas, a sua importância não pode ser subestimada. Precisamos enfrentar dois desafios. Um refere-se ao grau de autonomia que temos enquanto intelectuais e quanto ao formato do Estado, que é burguês. Deste decorre a pergunta: desenvolvemos e confirmamos este Estado ou começamos a trabalhar outras alternativas?

A apresentação dos três pesquisadores correspondeu aos objetivos e expectativas do GT, tendo suscitado intenso debate com questões colocadas por vários pesquisadores.

3. Apresentação dos pôsteres

Na Seção geral de apresentação de pôsteres da RA, o GT esteve representado com a apresentação de sete pôsteres, conforme programação.

4. Sessões Especiais

4.1. Título: Diretrizes curriculares, licenciaturas e formação de professores

Local: Sala Palace Play – Hotel Palace

Pesquisadoras convidadas: Berta Valle (UERJ) e Helena Freitas (UNICAMP)

Coordenação: Marlene Ribeiro (UFRGS)

Esta sessão foi proposta durante o planejamento da 28ª Reunião, pelos GTs 02; 05; 08; 09; 11.

A Coordenação faz a abertura da Sessão, ressaltando a importância do debate proposto tendo em vista o andamento dos trabalhos de discussão e aprovação das novas diretrizes curriculares para as licenciaturas, incluindo a de Pedagogia.

A Professora Berta inicia sua exposição fazendo um resgate da história das políticas de formação de professores, no Brasil. Em sua análise, mostra que as diretrizes curriculares para as licenciaturas têm se caracterizado por um privilegiamento das práticas sobre as teorias que as informam. Afirma que a educação ainda desempenha papel estratégico para a reprodução do capital, por isso a formulação de diretrizes curriculares para a formação de professores é uma iniciativa do MEC que, assim, mantém o controle das possíveis mudanças. O que se pode observar, pelo andamento das propostas do MEC, é a substituição de uma concepção crítica, que advém da sociedade civil através dos fóruns de professores, diretores e pesquisadores e estudantes, por uma concepção pragmática associada ao paradigma de acumulação flexível.

A Professora Helena de Freitas dá continuidade à fala da Professora Berta Valle, trazendo o debate para as reformas que são produzidas nos anos de 1990, principalmente a partir da LDB 9.394/96. Estas reformas têm início pela quebra das amarras do currículo mínimo, tornando-o mais flexível. Confirma colocações anteriores, apontando a disputa de interesses dentro do MEC para a definição da duração dos cursos de licenciatura, as concepções que os informam e as instituições destinadas a oferecer estes cursos. O que está em questão, segundo a Professora, é: qualificação, valorização e condições de trabalho ou desqualificação, desvalorização e precarização do trabalho docente. Nessa perspectiva toma posição ao afirmar que as diretrizes curriculares para a formação de professores não podem ser separadas das diretrizes da formação em Pedagogia. Sobre esta posição, questiona: Como é possível explicar que, quanto à formação acadêmica, nenhuma área de conhecimento – exceto a Pedagogia e as demais licenciaturas – tenha suas diretrizes curriculares elaboradas pelo MEC?

A Professora Beatriz Moreira Luce, representando o Conselho Nacional de Educação, tentou explicitar o andamento dos trabalhos, mas foi bastante contestada pela participação de inúmeros pesquisadores que se inscreveram para o debate. A sessão especial teve uma excelente participação, tanto em número de participantes quanto em inscrições para o debate.

4.2. Possibilidades e Impasses para a integração de políticas educacionais e sociais: o caso do Pró-Jovem

Participantes:

Leôncio Soares (UFMG)

Maria José Feres (Pró-Jovem)

Maria Luiza Martins Alessio (Sec. Educ. Recife/PE)

Nilton Bueno Fischer (UFRGS)

Sonia Rummert (UFF)

Coordenação: Vera Masagão Ribeiro (Ação Educativa)

Desta sessão especial vamos destacar a participação da representante do GT Trabalho e Educação, Professora Sonia Rummert.

A sessão especial, para a qual foi solicitado apoio de vários grupos de trabalho da ANPED entre os quais o GT 09 – Trabalho e Educação, tinha como propósito debater o Pró-Jovem enquanto iniciativa interministerial de desenvolver uma política educacional para jovens que não concluíram o ensino fundamental. Visava, principalmente, debater o conceito político-pedagógico do Programa, além dos problemas vivenciados para a sua implantação.

Na sua intervenção, a Professora Sonia Rummert fez uma análise sucinta do Projeto. Afirma que o mesmo, “além de evidenciar várias fragilidades teórico-metodológicas explicita o fato de que estamos tratando de uma proposta educativa que se destina a jovens pobres para que estes, permanecendo na base da pirâmide sócio-econômica, recebam uma formação que lhes determina um futuro conformado à ordem societária que não se intenciona transformar”.

5. Sessões conversas

5.1 – Formação de trabalhadores em saúde na perspectiva da integralidade

17/10, das 20:30 h às 22:00 h – Salão Caxambu – Hotel Glória

Participantes:

Gaudêncio Frigotto (UERJ)

Roseni Pinheiro (IMS – UERJ)

Marise Ramos (FIOCRUZ – UERJ)

Coordenação: Isabel Brasil (FIOCRUZ-UERJ)

Nesta sessão de conversa os pesquisadores abordaram a experiência da EPSJV da FIOCRUZ como possibilidade de integrar trabalho e educação na formação dos trabalhadores da saúde, na perspectiva da omnilateralidade apontada por Gramsci. Esta sessão pode ter sido prejudicada devido a outra atividade na mesma data e horário, ou uma reunião para discutir proposta de pesquisa do GT sobre Educação Profissional e Tecnológica, que havia sido colocada no Grupo de Discussão e que acabou por não se realizar, mas dispersou participantes do GT. Ela será comentada na avaliação.

5.2 – Políticas de Educação de Adultos em Portugal e no Brasil

18/10, das 20:30 h às 22:00 h – Salão Passa Quatro – Hotel Glória

Participantes:

Rui Canário (Univ. Lisboa – Portugal)

Sonia Rummert (UFF)

Coordenação: Célia Regina Vendramini (UFSC)

Nesta sessão de conversa, os pesquisadores trouxeram os contextos, em Portugal e no Brasil, que determinam as políticas educacionais para jovens e adultos nesses dois países, explicitando-as e apontando, principalmente, os limites para uma formação qualificada, tendo em vista a diminuição das perspectivas de trabalho assalariado e protegido por legislação social. Deixaram em aberto, no entanto, as potencialidades que vêm sendo produzidas pelos movimentos sociais populares que se organizam em busca de trabalho.

6. Avaliação das atividades do GT 09 – Trabalho e Educação

A Avaliação realizou-se na Sala de Estar do Hotel Palace, das 10h30min às 13h. A Lista de Presença foi assinada por 27 pesquisadores, denotando o esvaziamento em função de que muitos já se deslocavam para encerramento das diárias / viagem de retorno, apesar de que vários que estiveram parcialmente na reunião não assinaram a Lista. A Coordenadora abriu a sessão de avaliação apresentando uma justificativa para a não realização de uma atividade prevista como Sessão Conversa que seria realizada na noite do dia 17/10, na sala 12, do Hotel Glória, sob a coordenação da Professora Acácia Kuenzer, com a finalidade de organizar uma pesquisa, em caráter nacional, de mapeamento das experiências de Educação Profissional e Tecnológica. Infelizmente só recebemos a confirmação de que a Professora Acácia não estaria presente, através de comunicação feita pela Professora Regina Michelloto (UFPR), depois que os participantes do GT se haviam dispersado, sendo impossível avisá-los do cancelamento da atividade. Alguns participantes do GT, inclusive, deslocaram-se para aquela sala. Esta Sessão conflitava, em data e horário, com a Sessão Conversa *Formação de trabalhadores em saúde na perspectiva da integralidade*, de modo que a dificuldade de comunicação acabou por prejudicar ambas as atividades, porque confundiu e deslocou os participantes para as duas atividades.

A partir daqui faremos o relato da avaliação pelos temas debatidos.

a) Avaliação dos pôsteres

O aumento da inscrição de pôsteres e a sua aprovação confirmaram a importância desta atividade para o GT. Os professores que visitaram a exposição dos pôsteres, feita nos corredores do Hotel Glória, destacaram a qualidade dos trabalhos. Apontaram como problema o local que dificultava a apreciação dos trabalhos e a conversa com os expositores. A sugestão dada é que, além de um lugar mais adequado – porque os pôsteres do GT 09 Trabalho e Educação ficaram expostos em reduzido espaço que dificultava inclusive a passagem – é que permaneçam em exposição por um tempo maior e disponham de infra-estrutura mais adequada.

b) Formato da ANPED

Neste item foram formuladas algumas questões para subsidiar o debate mais amplo dentro da ANPED.

Se a reunião anual é considerada internacional e as regionais passam a anuais haverá um maior interesse em apresentar trabalhos nas regionais. Nesse caso surgem interrogações:

- Ao mesmo tempo em que se ampliam os espaços e as oportunidades de participação, como será feito o controle da qualidade dos trabalhos que aumentarão sensivelmente em número e não está previsto um comitê científico regional para avaliação dos mesmos?

- Se a reunião anual, como nacional, perde o seu sentido, na perspectiva do contraditório, ao invés de ser um espaço de apresentação de trabalhos não poderia tornar-se um espaço de debates entre os pesquisadores?

O paradoxo que se coloca para o modelo atual de ANPED é: ser um grande evento, com importantes conferências, ou o debate entre sócios-membros de uma sociedade científica?

Um problema grave refere-se à organização do evento devido à questão financeira; há necessidade de se pensar em formas de financiar a ANPED porque os recursos que tradicionalmente a sustentam, advindos das agências de fomento, mantêm-se os mesmos ou até diminuem, enquanto as demandas aumentam. Uma proposta foi a de fazer dois tipos de reunião, sendo uma mais ampla e uma restrita à participação dos pesquisadores-sócios, organizados nos GTs, realizando-se em anos alternados. Esta proposta, no entanto, suscitou preocupações quando ao tempo e espaço para encontro e discussões; talvez o caminho seja garantir que se tenham menos atividades e mais oportunidades para discussões. Ao mesmo tempo, argumentou-se que a realização de uma reunião bi-anual não é garantia de aumento do financiamento.

Definir o formato da ANPED está relacionado à avaliação do que contribui para o aprofundamento teórico-metodológico da área. A organização tem atingido seus objetivos, mas também apresenta limites, o que nos mobiliza a pensar em alternativas. Nesse caso, poder-se-iam alternar as reuniões de caráter nacional, sendo uma com o objetivo de apresentar trabalhos e a outra destinada ao aprofundamento teórico de cada área. As regionais, nesse caso, poderiam ser bi-anuais, realizando-se no ano em que a anual não fosse destinada à apresentação de trabalhos.

Uma crítica foi feita ao critério de produtividade que vem se impondo aos pesquisadores os quais não dispõem mais de tempo para reunir e nem para amadurecer, em debate com seus pares, uma produção antes de levá-la à publicação. A nossa subordinação ao *Qualis*, só tem favorecido o mercado editorial e um grupo pequeno de pessoas que ganham com esta produção. Ao mesmo tempo, coloca-se o risco de uma reserva de mercado por parte de quem tem o controle dos eventos, dos periódicos e das editoras.

c) Organização dos GTs

A cada ano se organizam grupos de estudo que dão origem a novos GTs, o que parece ser uma conseqüência da fragmentação da produção do conhecimento. Trabalhamos pela articulação entre os saberes enquanto a organização parece caminhar em sentido inverso, dividindo-se. Ao mesmo tempo, a organização das reuniões regionais por temáticas pode aprofundar a dispersão, indicando os GTs como espaços de maior aglutinação.

A tendência foi apontar para a manutenção da organização por GTs nas reuniões nacionais e para as reuniões temáticas nas reuniões regionais.

d) Trabalho encomendado

Destacou-se a importância do trabalho encomendado como oportunidade de aprofundamento da discussão da área de conhecimento peculiar ao GT e como demanda dos associados. Há necessidade de cuidados ao indicar pessoas do GT ou de fora deste, como expositoras e/ou debatedoras, bem como deve ser solicitado o envio do texto com antecedência, uma vez que o trabalho encomendado está no cerne da existência do GT. Há quem pense não haver necessidade de passar pela avaliação do Comitê Científico porque o convite é feito a um(a) pesquisador(a) que vem investigando e publicando sobre o tema, que tem sua palavra autorizada pelo convite e que, portanto, deve ter a garantia de publicação de seu texto. Há, por outro lado, quem pense na necessidade, sim, de que o texto seja avaliado, enquanto não temos condições de aprofundamento do debate teórico-metodológico e os convites são feitos tanto a pessoas do próprio GT quanto de fora dele.

e) Comitê Científico e consultores *ad hoc*.

Foi noticiado no GT que, na reunião do Comitê Científico, houve a solicitação de um maior envolvimento dos consultores *ad hoc*, uma vez que apareceram muitos pareceres reduzidos ou telegráficos. Vários pesquisadores, no entanto, apontaram para o fato de o tempo ser muito restrito para a avaliação dos trabalhos, pois ao GT foi encaminhado um número expressivo de trabalhos. Por essa razão e também prevendo imprevistos que impeçam os consultores de participar do processo avaliativo é que foi indicado mais um nome, o da Professora Áurea de Carvalho Costa, da UNESP de Rio Claro/SP.

Outra discussão que a avaliação do Comitê apontou foi para um debate sobre a base teórico-metodológica dos trabalhos, pois esta não pode estar reduzida às técnicas e recursos utilizados no desenvolvimento da pesquisa que dá origem ao texto. A proposição é de que os avaliadores do Comitê Científico superem o papel de arbitragem e realizem discussões sobre tendências e questões novas de base teórico-metodológica que estão apontando os trabalhos.

f) Moções Aprovadas no GT e encaminhadas à Assembléia Geral da ANPED

Nas sessões do GT-09 foram aprovadas duas Moções: uma de apoio à greve dos professores e funcionários das instituições federais de ensino superior (IFES) e outra relativa ao reconhecimento aos construtores da pós-graduação em educação no Brasil.

Quanto à Moção de Apoio à Greve das IFES tratou-se de reconhecer a justiça das reivindicações dos professores e funcionários e de denunciar o descaso que o governo federal vem dispensando à educação superior, como de resto às políticas sociais.

Por fim, sócios presentes na 28ª Reunião refletiram sobre a (in)coerência do tema central desta Reunião – *40 anos de pós-graduação em educação no Brasil* – e o pesquisador convidado para a conferência de abertura, Bernard Charlot, da Universidade de Paris VIII e Consultor da UNESCO. Com isso, as pessoas que se manifestaram, inclusive estudantes de pós-graduação, não estavam colocando em questão a forma democrática como foi indicado o nome do Professor Bernard Charlot e muito menos a sua competência e enorme contribuição à reflexão sobre pesquisa educacional. O que os professores-pesquisadores do GT 09 – Trabalho e Educação quiseram evidenciar e registrar como memória foi o que consideraram apagamento da história do processo de construção da pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil, ao deslocar alguns sujeitos que a protagonizaram para a conferência de encerramento, com, provavelmente 10% de frequência, substituindo-os por pesquisador estrangeiro na conferência de abertura, onde se concentra a maior parte da assistência à reunião. Pode o fato evidenciar, indiretamente, a dificuldade em valorizarmos a nossa própria produção e trajetória. Abaixo segue cópia da moção, que o GT faz questão seja amplamente divulgada.

MOÇÃO DE RECONHECIMENTO AOS CONSTRUTORES DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

É de se registrar a importância de nossa entidade acadêmica fazer um balanço dos 40 anos da pós-graduação em educação no Brasil. Em especial, pela imensa dificuldade de construção desse campo no país e pela relevância dos programas de pós-graduação brasileiros.

Certamente, a expectativa de todos os presentes era de uma homenagem àqueles que contribuíram de forma significativa para alcançarmos o reconhecimento que a pós-graduação em educação tem hoje. Esses personagens não estiveram presentes, nem sua memória, nem sua história. Nesse sentido, a escolha de um conferencista estrangeiro para proferir a conferência de abertura foi inadequada.

Cabe ressaltar que não se trata de uma crítica ao professor Dr. Bernard Charlot cuja produção e contribuição, inequivocamente, é relevante. Respeitamos também o processo democrático de decisão e de acatamento pela Diretoria da ANPEd. Nossa crítica se refere ao apagamento da memória e da história dos **"40 anos da pós-graduação em educação no Brasil"**, da participação dos seus primeiros programas e pesquisadores que, reunidos na ANPEd, participaram das lutas pela redemocratização do país, da Constituinte de 1988 e do primeiro projeto de LDB defendido pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Ainda que o argumento para a escolha de um professor não brasileiro possa ter sido 'o olhar de fora que melhor analisa', discordamos e entendemos como uma alternativa de subserviência intelectual ao pensamento estrangeiro e um imenso desrespeito aos/às inúmeros pesquisadores brasileiros da área que criaram a Pós-Graduação em Educação no país e/ou a têm por objeto de estudo.

g) Publicações

Durante a 28ª RA foram lançadas diversas publicações (livros, revistas, cd-roms etc) de pesquisadores e/ou grupos de pesquisa ligados ao GT-09. Infelizmente não conseguimos sistematizar uma lista completa destas publicações, cabendo no entanto destacar a importância de tais contribuições para a produção do GT e da pesquisa em educação no país.

V. Nomes dos consultores *ad hoc* e Comitê Científico

Consultores *ad hoc*:

Fernando Fidalgo, Lia Tiriba, Marise, Mauro Augusto Burkert Del Pino, Neize Deluiz, Paulo Sérgio Tumolo, Selma Baçal de Oliveira, Sonia Maria Rummert, Áurea de Carvalho Costa.

Comitê Científico:

Celso Ferretti, José dos Santos Rodrigues, Ronaldo Marcos de Lima Araújo.

2. Sugestões para a Programação 2006

No decorrer das diversas sessões do GT a Coordenação distribuiu entre os presentes Fichas visando recolher contribuições / sugestões relativas a duas questões: 1. aperfeiçoar a organização do nosso GT, quanto às sessões de trabalho, a nossa produção e comunicação através do Grupo de Discussão; 2. sugestão de temas importantes, nomes de pesquisadores e modalidades de trabalhos para a próxima reunião anual (trabalhos encomendados, sessões especiais, minicurso). Foram devolvidas à coordenação 46 fichas preenchidas. Dentre

estas, 16 fichas eram de pesquisadores já cadastrados em nossa lista de discussão do GT, enquanto as outras 30 eram de pesquisadores até então não cadastrados.

3. Questões pendentes

Algumas questões ficaram pendentes de encaminhamento, seja por falta de tempo, ausência de aprofundamento e debate coletivo, condições materiais ou mesmo deficiência de nossa Coordenação. Dentre elas, por sua importância, destacamos pelo menos três, às quais pretendemos envidar esforços na continuidade de nossos trabalhos:

- o encaminhamento do Intercrítica (reunião anual com representantes dos núcleos e/ou grupos de estudos, pesquisas e experiências em trabalho e educação que participam do GT-09);
- retomada da publicação Anuário do GT: Trabalho & Crítica;
- pesquisa nacional sobre educação profissional e tecnológica.

2ª. Parte: Preparação para a 29ª. Reunião Anual da ANPEd

Aqui serão relatadas as atividades desenvolvidas pela Coordenação do GT com vista à preparação da 29ª. Reunião Anual, a realizar-se no período de 15 a 18.10.2006, constando basicamente de sistematização e encaminhamento das sugestões da reunião anterior e da lista de discussão; participação da coordenação nas reuniões da diretoria nacional convocadas para tal fim; definição da programação e encaminhamentos.

1. Reuniões:

- A Coordenadora e o Vice-Coordenador participaram conjuntamente da reunião convocada pela Diretoria nacional da ANPEd, nos dias 30 e 31/03, no Rio de Janeiro. A reunião tratou da seguinte pauta: 1. Informes da Diretoria; 2. RBE; 3. FORPRED ;4. ANPEds Regionais; 5. Parcerias Institucionais; 6. Planejamento da 29ª. Reunião Anual da ANPEd; 7. Outros Assuntos. Nesta reunião foram decididos aspectos gerais relativos à temática geral e conferencistas convidados, organização, infra-estrutura e encaminhamentos da 29ª. Reunião Anual, bem como as sessões especiais que serão realizadas pelos GTs na referida reunião. Definimos também os encaminhamentos do GT 09 que serão relatados a seguir;

- A Coordenadora participou da Reunião convocada pela Diretoria da ANPEd, no mês de julho/2006 no Rio de Janeiro, para encaminhamentos da 29ª. RA.

2. Encaminhamentos do GT:

Os encaminhamentos a seguir detalhados foram decididos conjuntamente pela Coordenação do GT (Marlene e Domingos), no Rio de Janeiro, em 30 e 31/03, levando em consideração as indicações coletadas a partir das Fichas de Sugestões distribuídas na 28ª. RA e as mensagens enviadas por membros do GT pela lista de discussão.

Considerando a avaliação da reunião anterior e as sugestões indicadas, propomos:

a) Manter basicamente a estrutura que vem sendo adotada nas reuniões anteriores, ou seja: apresentação de 12 trabalhos selecionados + 1 trabalho encomendado (segunda-feira: 4 trabalhos pela manhã + 4 trabalhos à tarde; terça-feira: trabalho encomendado + 2 trabalhos, pela manhã; quarta-feira: 2 trabalhos + um tempo destinado a relato dos pôsteres + um tempo destinado a avaliação do GT, todos na parte da manhã);

b) Definirmos um tempo que deveremos dedicar à: apresentação de relatos dos diversos núcleos; discussão sobre temas pendentes em nosso GT, como o projeto de pesquisa coletivo sobre educação profissional, a realização do Intercrítica, a definição de temáticas para aprofundamento ao longo do ano etc. A grande dificuldade que vemos é encontrar este tempo na reunião. Conforme pode ser visto na Estrutura Geral proposta para este ano, que em termos de horários não diverge muito da cumprida nos anos anteriores, temos durante a RA uma agenda super-carregada. No ano passado chegamos a propor uma reunião na segunda-feira à noite (isto também já havia sido feito em anos anteriores), porém não foi possível realizá-la. Por outro lado, se para tal discussão - tão necessária e demandada segundo as indicações de nosso coletivo - dedicarmos um tempo nas próprias sessões do GT (segunda a quarta de manhã, e segunda-feira à tarde) isto implicaria retirar tempo dos trabalhos, o que não seria recomendável, pela possibilidade de redução do tempo de apresentação/ discussão, já exíguo segundo as avaliações, ou o sacrifício do número de trabalhos, já reduzido, de acordo com as demandas apresentadas.

c) Trabalho Encomendado:

Para o trabalho encomendado por nosso GT, analisando as várias indicações, tanto da lista de discussão quanto das sugestões coletadas na reunião anterior, em que pese a multiplicidade e diversidade, verificamos uma confluência para a importância do debate teórico em torno dos fundamentos da relação Trabalho e Educação. Isso nos levou à decisão de convidar o **Prof. Dr. Dermeval Saviani**, para a apresentação do trabalho encomendado sobre o tema "**Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**".

d) Coordenação do GT

A Coordenadora do GT, Marlene Ribeiro, e o Vice-Coordenador Domingos Leite Lima Filho, manifestaram conjuntamente a sua decisão de não concorrer à reeleição. Nas conversas entre ambos, ainda no Rio de Janeiro, ficou acertada a decisão de ampliar aos membros do GT a discussão sobre a próxima coordenação, mantendo os critérios de envolvimento e de ampliação da participação das regiões o que dá ao GT, desde a sua criação, um caráter efetivamente nacional.

3ª. Parte: Grupo de Discussão

O grupo de discussão TrabEdu-anped@yahoogrupos.com.br segue tendo grande importância na ampliação do GT, seja pela associação de novos membros, seja pela socialização de informações, seja pelo debate de idéias, contribuindo para o alargamento e consolidação do espaço de democratização dentro do GT, contribuindo para que as discussões, decisões e encaminhamentos fossem divulgados, conhecidos e tivessem a participação e o aval de grande parte dos membros do GT. Nesse sentido, além da já destacada qualidade da discussão, registramos que no período que vai do encerramento da última reunião anual até a presente data (19.10.05 a 21.09.06) o grupo recebeu a expressiva solicitação de 67 novas inscrições, atingindo um total de 421 membros inscritos. Registramos, no período, a ocorrência de 585 mensagens. Para uma apreciação comparativa, informamos que no período de 24.11.04 a 14.08.05 o grupo recebeu 61 solicitações de inscrição e um total de 413 mensagens.

No entanto, é importante registrar que algumas destas inscrições já não são efetivas (endereços eletrônicos incorretos, fora de uso etc), existindo, ademais, participantes com mais de uma inscrição na lista. Além disso, há alguns casos de não efetivação de solicitação de registro ou de mudança de inscrição, apesar dos procedimentos usuais adotados pelos moderadores da lista. Tudo isso indica a necessidade de um melhor trabalho de gestão da lista, com vista à atualização do cadastro, eliminação das duplicações e soluções de problemas, visando a melhor informação e a redução dos transtornos aos participantes em razão dos detalhes, problemas e/ou “mistérios” da tecnologia da informação, muitas vezes não dominados pelos moderadores e coordenadores.